

FACULDADE JK DE TECNOLOGIA

UNIÃO NACIONAL DE ANALISTAS TRANSACIONAIS -
UNAT- BRASIL

PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁLISE TRANSACIONAL

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR: UM OLHAR DA ANÁLISE TRANSACIONAL**

ROSE MÉRI NIETTO

CRICIÚMA/SC

2014

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UM OLHAR DA ANÁLISE TRANSACIONAL

ROSE MÉRI NIETTO

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UM OLHAR DA ANÁLISE TRANSACIONAL

UNAT - BRASILEIRA - Universidade de Análise Transacional

RESUMO

Este trabalho apresenta o artigo de conclusão do curso apresentado à Faculdade JK de Tecnologia e à União Nacional de Analistas Transacionais-UNAT – BRASIL como requisito parcial do curso de Pós-Graduação para a obtenção do título de especialista em Análise Transacional.

Artigo de conclusão do curso apresentado à Faculdade JK de Tecnologia e à União Nacional de Analistas Transacionais-UNAT – BRASIL como requisito parcial do curso de Pós-Graduação para a obtenção do título de especialista em Análise Transacional.

Orientadores: Prof. Eduardo Búrigo
Profª Drª Janine Moreira

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica e familiar, mulheres, análise transacional.

ABSTRACT

This paper presents the article of conclusion of the course presented to Faculdade JK de Tecnologia e à União Nacional de Analistas Transacionais-UNAT – BRASIL as a partial requirement for the course of Post-Graduation for the obtaining of the title of specialist in Transactional Analysis.

CRICIÚMA/SC

2014

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UM OLHAR DA ANÁLISE TRANSACIONAL

WOMEN IN SITUATION OF DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE: A LOOK
OF TRANSACTIONAL ANALYSIS

ROSE MÉRI NIETTO

Faculdade JK de Tecnologia

UNAT - BRASIL – União Nacional de Analistas Transacionais

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica realizada com o objetivo de entender, por meio dos conceitos de Carícias e Posição Existencial, como a Análise Transacional (AT) compreende o fenômeno das mulheres que vivem em situação de violência doméstica e familiar. Para AT, a necessidade de Carícias é básica do ser humano e, portanto, a sua satisfação é imprescindível para a sobrevivência. Entendemos que as mulheres que vivem em situação de violência doméstica e familiar, muitas vezes se submetem a ela para suprir suas necessidades de Carícias, e, por não as conseguirem de forma positiva, buscam as negativas para sobreviver. A Posição Existencial refere-se aos pensamentos e sentimentos que temos a respeito de nós mesmos e a respeito dos outros. As mulheres que vivem em relações íntimas permeadas pela violência se colocam, muitas vezes, numa posição de não Ok em relação aos seus parceiros íntimos.

PALAVRAS CHAVES: violência doméstica e familiar, violência de gênero, Análise Transacional, Carícias, Posição Existencial.

ABSTRACT

This paper refers to a literature survey in order to understand, through the concepts of Cuddles and Existential Position as, how Transactional Analysis (TA) comprises the phenomenon of women living in situations of domestic violence. For TA the need for caresses is basic for the human being, and therefore its satisfaction is essential for their survival. We understand that women living in situations of domestic violence, often undergo it in order to meet its needs for caresses, and, not getting it in a positive way, seek negative ways to survive. The Existential Position refers to the thoughts and feelings we have about ourselves and about others. Women who live in intimate relationships permeated by violence arise often in a position of not Ok towards their intimate partners.

KEYWORDS : domestic an family violence, gender violence, Transactional Analysis, Cuddles, Existential Position.

INTRODUÇÃO

Pesquisas realizadas no Brasil mostram que a violência contra a mulher é considerada um problema social e atinge parcela significativa da população feminina brasileira. (BRASIL, 2011). Estudos nessa área relatam que as mulheres que vivenciam situações violentas pertencem a diferentes classes sociais, mas, no entanto, a maioria das queixas registradas em delegacias é de mulheres de baixa renda. (BRASIL, 2011).

Esses mesmos estudos demonstram que a violência ocorre em várias esferas da vida da mulher, como no ambiente doméstico, familiar, profissional e escolar. As formas mais comuns de violência observadas são os maus tratos físicos e verbais, a violência psicológica e a agressão sexual. Entretanto, a visibilidade maior ocorre no âmbito doméstico, no qual a agressão é praticada por seu parceiro íntimo.

Algumas questões dessa temática, que envolvem a violência praticada pelo homem contra a mulher, chamam a atenção de muitas pesquisadoras. (GROSSI, 1994; GROSSI e TEIXEIRA, 2000). Elas constataram, em suas análises, que várias mulheres que procuravam ajuda em instituições de apoio à mulher, e até mesmo nas Delegacias de atendimento à mulher, não desejavam se separar dos seus parceiros afetivos, mas buscavam apenas uma proteção contra possíveis novas agressões. Perceberam também que um número significativo de mulheres retornava às delegacias para retirar as denúncias feitas contra o agressor e voltava a conviver afetivamente com ele. Outra questão igualmente instigante referia-se aos casos em que a mulher não dependia financeiramente do seu parceiro afetivo e, no entanto, permanecia numa relação afetiva permeada pela violência. (GROSSI, 1994; GROSSI e TEIXEIRA, 2000).

A Análise Transacional (AT), preconizada por Eric Berne, é uma abordagem psicoterápica cuja teoria é explicada por meio de dez conceitos, quais sejam: Estados de Ego, Transações, Carícias, Posição Existencial, Estruturação do Tempo, Emoções e Disfarces, Jogos Psicológicos, Script, Mini Script e Grupos. Utilizando uma linguagem simples, esses conceitos se propõem a analisar essencialmente as Transações, ou troca de estímulos entre as pessoas, bem como o que ocorre internamente em cada uma delas. Para entender como a Análise Transacional compreende o fenômeno das mulheres que vivenciam violência doméstica e familiar, utilizaremos os conceitos de Carícias e Posição Existencial.

Conforme Berne (1974), as Carícias são a unidade de reconhecimento humano, é o que mantém ou extingue um comportamento. Conforme o autor, “se um

indivíduo não for acariciado [...] sua mente murcha e sua humanidade seca por completo.” (BERNE, 1976, p.155).

A Posição Existencial, também conhecida como posição de vida ou posição básica, pode ser definida como os pensamentos e sentimentos que temos a respeito de nós mesmos e em relação aos outros. (STEINER, 1976). A Posição Existencial de uma pessoa influencia no que ela sente, age e na forma como ela se relaciona com os outros. (WOOLAMS e BROWN, 1979).

A partir de estudos bibliográficos, e embasados nos conceitos de Carícias e Posição Existencial, buscaremos entender como a Análise Transacional compreende o fenômeno das mulheres que vivenciam a violência doméstica e familiar. Esperamos, com o presente trabalho, contribuir para uma compreensão, sem julgamentos, acerca dessa temática.

Para tanto, estruturamos o presente artigo em três partes. Na primeira parte discorreremos sobre a violência doméstica e familiar vivenciada por mulheres no Brasil. Na segunda parte, discorreremos sobre a violência doméstica e familiar vivida pelas mulheres, numa perspectiva de gênero. Na terceira parte, embasadas na teoria da Análise Transacional, buscaremos compreender a situação das mulheres que vivenciam a violência doméstica e familiar por meio dos conceitos de Carícias e Posição Existencial.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

A violência não é um fenômeno que ocorre apenas nas sociedades contemporâneas. Se estudarmos a história da humanidade, perceberemos que, em várias sociedades e em várias épocas, esse fenômeno se faz presente. O que diferencia de uma sociedade e de uma cultura para outra, conforme Marilena Chauí (2003), é a definição do que seja violência, pois esta não é vista por todos da mesma forma. Ao contrário, de acordo com a autora, os conteúdos diferenciam-se conforme os tempos e os lugares, sendo que o que é considerado como violência por uma cultura ou uma sociedade pode não ser assim avaliado por outra.

No entanto, conforme a citada autora, embora existam essas diferenças, há alguns aspectos da violência que são percebidos da mesma forma nas diferentes culturas e sociedades. Para Chauí (2003), fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coerção psíquica para obrigar alguém a agir

contrariamente à sua natureza e ao seu ser ou contra sua própria vontade, “causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros”. (CHAUI, 2003, p.308).

De acordo com essa autora, em nossa cultura a violência é compreendida como violação da integridade física e psíquica de alguém, da sua dignidade humana, associada a todo ato que manipule e torne o sujeito em objeto.

Para Heleieth I. B Saffioti (2004), existem vários tipos de violência, a física, a sexual, a emocional e a moral, as quais não ocorrem isoladas umas das outras e, independentemente do tipo da agressão, a violência emocional e a violência moral estão sempre presentes. Partindo desse pressuposto, Saffioti (2004) entende que a utilização do conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridades, física, sexual, emocional e moral, não é suficiente para explicar o fenômeno da violência, sobretudo em se tratando de violência familiar e doméstica contra a mulher.

No caso específico desse tipo de violência, a autora argumenta que são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação social das mulheres suportarem a sua subordinação aos homens, sejam pais ou maridos, pois, mesmo se tratando de um mecanismo de âmbito social, cada mulher o interpretará de forma singular. Compreendendo a violência nessa ótica da individualidade, Saffioti (2004) opta, então, em trabalhar com o conceito de direitos humanos, entendendo por violência a violação destes.

Conforme Leila Platt Deeke (2007), embora a violência contra a mulher ocorra há muitos séculos, só passou a ser considerada uma violação dos direitos humanos individuais, em âmbito mundial, no final da década de 1960, doze anos após a declaração dos direitos humanos. Esse tipo de violência atinge mulheres de várias etnias, diferentes classes sociais, idades, origens, estados civis, escolaridade, religiões e se configura como uma das “principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.” (BRASIL, 2011, p.15).

São muitas as formas de violência praticadas contra a mulher, podendo se destacar o assédio sexual e as agressões sexuais, o assédio moral, as desigualdades salariais, os espancamentos, o tráfico nacional e o internacional de mulheres e de meninas, entre outras. (BRASIL, 2007). No entanto, de acordo com Maria de Fátima Araújo (2004), estatísticas mostram que, em 95% dos casos de violência contra a mulher, o homem figura como o agressor.

Sabemos que os homens, assim como as mulheres, também são atingidos pela violência. No entanto, enquanto os homens geralmente sofrem violência no espaço público, a maioria das mulheres é atingida pela violência principalmente no espaço privado, no lar, a qual é, na maior parte das vezes, praticada por seus parceiros íntimos, ou ex-parceiros, e pelos seus familiares. (BRASIL, 2011).

A Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, utiliza o conceito “Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” para tipificar e enquadrar as agressões cometidas pelos homens contra as mulheres no ambiente privado. Conforme o artigo 5º da referida lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica [...], no âmbito da família, [...], em qualquer relação íntima de afeto.”

Miriam Pillar Grossi (1994) relata que, em estudos realizados com mulheres que frequentavam o SOS¹ em Porto Alegre, percebeu que, além das lesões corporais resultantes do espancamento pelos maridos, havia a reclamação das mulheres em relação a outros tipos de violência, como a destruição de móveis, de eletrodomésticos e roupas, sentida como uma agressão ao próprio corpo; o silêncio e a falta de comunicação com os parceiros afetivos, percebidos como “violência maior que apanhar”; “doenças dos nervos” como resultado da tensão conjugal; sentimento de humilhação pela presença real ou fictícia de amantes na vida dos parceiros afetivos e a ocorrência indiscriminada de violência física durante a gravidez.

Tânia Mendonça Marques (2005) aponta que existe, entre algumas estudiosas da área, um consenso na associação da violência a fatores psicológicos relacionados ao ciclo de violência vivenciado na infância, tanto pelos maridos que agredem quanto pelas mulheres que são agredidas.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

A partir dos anos 1990, vários estudos, principalmente nas áreas das ciências sociais, começaram a usar a categoria violência de gênero para explicar a ocorrência do fenômeno da violência contra a mulher. Até então, a grande maioria dos

¹ Organizações não governamentais que atendiam a mulheres vítimas de violência por meio de trabalhos voluntários de feministas.

estudos e discussões realizadas no Brasil acerca destas questões, era balizada na teoria do Patriarcado, que pressupõe que os papéis sociais assumidos pelos homens e pelas mulheres são condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre ambos, entendendo estes papéis como naturais e, portanto, universais. (GROSSI, 1998; SANTOS e IZUMINO, 2005).

De acordo com a teoria do Patriarcado, vivemos numa sociedade patriarcal, ideologicamente dominada pelos valores masculinos, na qual a violência contra a mulher é resultado da dominação masculina sobre elas, como um direito assegurado por essa ordem social dominante, sendo as mulheres então, concebidas como vítimas. (GROSSI, 1998; PASINATO, 2006).

O conceito de gênero, ao contrário, pressupõe compreender as “diferenças entre os sexos como construções sociais que se organizam em papéis sexuais socialmente definidos.” (PASINATO, 2006, p.147). Sendo assim, entendemos que os papéis atribuídos aos homens e mulheres devem ser analisados do ponto de vista cultural, social e histórico e não apenas do ponto de vista biológico.

O conceito de gênero mais utilizado nas áreas das ciências sociais é o de Joan Scott (1990), para quem “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1990, p.14).

Scott, ao definir gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais”, enfatiza a ideia de processo e de construção das relações de gênero, rejeitando o uso de categorias fixas, imutáveis e universais, propondo a necessidade de se refletir sobre as diversas experiências de ser mulher nos diversos tempos, espaços, culturas e sociedades. (PASINATO, 2006).

Wânia Pasinato (2006) também destaca o “aspecto relacional” da perspectiva de gênero defendida por Scott, o qual compreende dois aspectos: “O primeiro considera que os papéis atribuídos ao feminino e ao masculino são socialmente definidos um em relação ao outro; o segundo tem a ver com a internalização dos valores que estão associados a cada um desses papéis.” (PASINATO, 2006, p.141).

Grossi (1998, p.303), ao que parece, compartilha dessa concepção de gênero, ao apontar que, para entender a violência em uma relação afetivo/conjugal, não podemos compreender as mulheres isoladamente; “é necessário percebê-las tanto a partir do vínculo afetivo/conjugal, construído a partir da comunicação de cada casal, quanto a partir do contexto cultural no qual este casal se insere.”

A referida autora também observa que a violência doméstica é resultado de complexas relações afetivas e emocionais e podem ocorrer igualmente em relações homoeróticas, envolvendo dois homens ou duas mulheres. (GROSSI, 1998). Conforme Grossi (1998), descentrando a violência do polo masculino permite-se observar que as mulheres são coparticipantes das cenas de violência doméstica. Percebemos, então, que em suas constatações, Grossi expressa uma rejeição a uma abordagem vitimizante das mulheres que vivem em situação de violência.

Para Maria Filomena Gregori (1993), as situações em que os homens e as mulheres se vêem envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a várias motivações. A autora enfatiza que o que se constata nessas situações é que, tanto o homem como a mulher, as provocam ou as mantêm, seja de forma inconsciente ou impensada. Gregori (1993, p. 134) observa que “os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros.”

Nesse sentido, Cecília Mac Dowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) apontam que alguns estudos observaram que as mulheres que buscavam ajuda não desejavam, necessariamente, a separação de seus parceiros, mas estabelecer novas bases para sua relação.

Pelo exposto, percebemos que existem muitos estudos acerca da violência, os quais têm procurado entender a dinâmica da violência ente casais numa perspectiva relacional, relativizando o papel de vítima da mulher. Esses estudos procuram, de certa forma, mostrar que a categoria violência não é universal e, portanto, não tem o mesmo significado para todas as mulheres que se queixam das agressões masculinas. Por conta dessa nova perspectiva sobre a violência, algumas estudiosas passaram a substituir a expressão “mulheres vítimas de violência” por “mulheres em situação de violência”.

Mesmo entendendo essas questões, temos que considerar que a mulher continua sofrendo violências, as quais lhe trazem consequências muitas vezes irreversíveis. Para tentarmos compreender esse fenômeno também em outra perspectiva, usaremos os conceitos de Carícias e Posição Existencial da teoria da Análise Transacional.

COMPREENDENDO O FENÔMENO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR POR MEIO DOS CONCEITOS DE CARÍCIAS E POSIÇÃO EXISTENCIAL

Carícias e Posição Existencial são conceitos básicos da Análise Transacional (AT), cujo precursor, Eric Berne (1988), definiu como uma teoria de personalidade e de dinâmica de grupo bem como um método terapêutico.

De acordo com Claude Steiner (1976), uma das premissas básicas da AT é que todos nós nascemos Ok, isto é, todos nascemos bem e com capacidade plena para obter sucesso e satisfação de nossas necessidades. “Os seres humanos são, por natureza, inclinados e capazes de viver em harmonia consigo mesmo, uns com os outros, e com a natureza”. (STEINER, 1976, p.16).

Carícias, conforme Roberto Kertész (1987), são estímulos sociais que partem de uma pessoa para outra, a qual, por sua vez, reconhece a existência daquela. Steiner (1976) considera que esses estímulos ocorrem intencionalmente.

De acordo com Berne, a palavra estímulo pode ser utilizada como uma expressão geral para se referir ao contato físico e, por extensão, pode ser usada “para caracterizar qualquer relacionamento, isto é, qualquer ato que implique no reconhecimento da presença da outra pessoa”. (BERNE, 1976, p.19). Para este autor, então, “o estímulo pode ser empregado como a unidade básica da ação social. Uma troca de estímulos constitui uma Transação, que é por sua vez a unidade básica do relacionamento social”. (BERNE, 1976, p. 19).

Conforme Steiner (2010), as Carícias são essenciais à vida humana tanto quanto as outras necessidades biológicas básicas como a comida, a água e o abrigo, que, quando não satisfeitas, levam o indivíduo à morte.

De acordo com o referido autor, pelo fato de as Carícias serem tão necessárias para a sobrevivência humana, a troca de Carícias é uma das atividades mais importantes em que as pessoas se envolvem, mas para ser efetiva, deve ser adequada para a pessoa que a recebe.

As Carícias podem variar desde contatos físicos reais até reconhecimentos verbais e simbólicos. Conforme Steiner (1976), uma criança recém nascida, por exemplo, necessita de contato físico real para sobreviver; por outro lado, os adultos poderão precisar apenas de Carícias ocasionais, simbólicas, tais como elogios, expressões de apreço, para manterem-se vivos. No entanto, ressalta o autor, “mesmo

que seja possível sobreviver com afagos mínimos, a escassez de afagos não é saudável, tanto física como emocionalmente: a fome de afagos é uma das principais forças motoras das pessoas.” (STEINER, 1976, p.43).

Berne desenvolveu o conceito de Carícias, a partir dos estudos de Harlow, Levin e Spitz, os quais constataram, por meio de experiências distintas, a importância vital da necessidade de Carícias para o desenvolvimento sadio, tanto dos animais como dos seres humanos. Estes estudos ajudaram Berne a concluir que, além da fome de comida, existiam outras fomes primitivas e que a fome de contato físico era uma delas. (CARACUSHANSKY, 1986).

Berne (1974; 1985) relata que Spitz, em estudos realizados com crianças abandonadas em uma instituição, constatou que estas, quando privadas de contato físico por muito tempo, tendiam a enfraquecer, podendo até mesmo morrer devido a esse enfraquecimento. Spitz denominou esse tipo de privação de privação afetiva. Essas observações, aliadas a sua experiência, levaram Berne (1974, p.17) ao entendimento de que “uma pessoa pode estar carente por falta de estímulos e indicaram também que as formas mais eficazes destes estímulos são as proporcionadas pela intimidade física”.

Conforme o citado autor, o fenômeno da privação afetiva também pode ser percebido em adultos privados de experiências sensoriais como a auditiva, a luminosa, a tátil e a térmica. De acordo com ele, quando submetidas a tais privações, as pessoas, muitas vezes, sofriam uma psicose passageira ou distúrbios mentais temporários. No que se refere ao aspecto biológico, o autor observou que tanto a privação emocional como a sensorial influenciam no organismo humano, produzindo modificações nas células nervosas. (BERNE, 1974).

Berne (1974) relata que Levin, em um trabalho desenvolvido com ratos, observou que tanto o desenvolvimento físico como a química do cérebro foram afetados favoravelmente pela estimulação por contato físico. Nesse estudo, de acordo com o autor, foi constatado que o que realmente prejudicava os animais era a falta de estimulação, pois tanto os estímulos prazerosos como os dolorosos foram igualmente eficientes para manter a saúde dos animais.

Conforme o citado autor, a pessoa, no decorrer de sua vida, por questões de sobrevivência, procurará manter o contato físico que mantinha com sua mãe no útero materno, e como provavelmente não o terá, aprenderá a se satisfazer com formas de contato físico mais sutis e mesmo simbólicas, como um aceno de reconhecimento, como

um sorriso, por exemplo. No entanto, “o básico anseio de receber de volta o contato físico permanecerá inalterado.” (BERNE, 1974, p.19).

O resultado desse processo, conforme Berne (1974), é a transformação parcial da fome infantil de estímulo em um anseio de reconhecimento, e é este anseio de reconhecimento que torna as pessoas cada vez mais diferentes umas das outras.

Essas constatações da Análise Transacional contribuem para buscarmos compreender porque muitas mulheres vivem numa relação afetiva permeada pela violência, mesmo que isso possa parecer danoso para elas. Entendendo a necessidade de Carícias como uma necessidade básica de todas as pessoas, compreendemos que todos nós, incluindo essas mulheres, temos necessidades de sermos reconhecidos pelo outro de alguma forma, temos necessidades de nos relacionarmos com o outro para nos sentirmos vivos, mesmo que esse reconhecimento seja por meio da violência. Sendo assim, quando a pessoa não recebe Carícias agradáveis, busca ou aceita as desagradáveis para sobreviver.

De acordo com Berne (1974, p. 19), “qualquer relacionamento social representa uma vantagem sobre a ausência de relacionamento”. Em outras palavras, podemos dizer também que qualquer Carícia, mesmo dolorosa e inadequada, é melhor para a nossa sobrevivência do que a indiferença, o não reconhecimento pelo outro.

Os relatos apontados anteriormente por Grossi (1994) corroboram com essa ideia de Berne, pois muitas mulheres entrevistadas pela referida autora apontavam que o silêncio e a falta de comunicação, ou seja, a indiferença, dos seus parceiros íntimos eram percebidos como uma “violência maior que apanhar”.

No entanto, uma dúvida permanece: Por que essas mulheres satisfazem sua necessidade de reconhecimento por meio da dor e do sofrimento e não por meio do prazer e da alegria?

Conforme Woolams e Brown (1979, p. 51), a “busca de Carícias assume várias formas, e a fome de Carícias de cada pessoa difere um pouquinho da fome das outras”. No entanto, no que se refere à quantidade, a necessidade de Carícias de cada pessoa é provavelmente a mesma. (WOOLAMS e BROWN, 1979).

Essa diferença citada pelos autores pode ser explicada pela existência do Filtro de Carícias, outro conceito relevante para se compreender o fenômeno das mulheres que vivem em situação de violência doméstica e familiar.

De acordo com Woolams e Brown (1979), o Filtro de Carícias é criado durante o desenvolvimento da criança, no seu processo de decisão, o qual é diferente

para cada pessoa. Esse Filtro permite que certas informações passem e outras fiquem retidas. De acordo com os autores, “o processo de filtração é influenciado pelas predisposições individuais, pelos padrões de aprendizagem, pelos interesses pessoais e pelos sistemas de crença do indivíduo”. (WOOLAMS e BROWN, 1979). Conforme Woolams e Brown (1979), usamos o Filtro de Carícias para manter as nossas decisões de *Script de Vida*², permitindo a entrada de informações que as confirmem e retraindo as informações que as contradizem.

Os autores apontam, ainda, que os tipos de Carícias que passam pelos Filtros são escolhidos por causa da segurança que estas promovem como forma de agradar aos pais e, para isso, muitas vezes as Carícias são distorcidas para poder se adequar ao *Script de Vida* da pessoa. “Toda Transação passa pelo Filtro, onde a Carícia pode ser aceita, modificada, rejeitada”. (WOOLAMS e BROWN, 1979, p.60). A preferência pelos tipos de Carícias, positivas ou negativas, por exemplo, depende de como a pessoa foi parentalizada com elas. Por isso, a mesma Carícia pode ser interpretada pelas pessoas de forma diferente.

Entendendo que as formas de se dar e de se receber Carícias são aprendidas no decorrer do desenvolvimento infantil nas relações com os pais ou com as pessoas de autoridade, entendemos também, que, se nada contrário ocorrer na vida da criança, essas formas se transformarão em padrões que serão repetidos no transcorrer da vida.

Nesse sentido, no que se refere às mulheres que vivem em relações íntimas permeadas pela violência, talvez elas permaneçam nesse tipo de relação porque aprenderam no decorrer de seu desenvolvimento, em suas relações parentais, a filtrar as Carícias de forma a rejeitar as positivas e a aceitar as negativas.

Conforme Steiner (1976), Berne, partindo de sua fé na “natureza humana”, e na crença de que todas as pessoas quando nascem são, por natureza Ok, desenvolveu o conceito de Posição Existencial. De acordo com o referido autor, Posição Existencial, também conhecida como posição de vida ou posição básica, pode ser definida como os pensamentos e sentimentos que temos a respeito de nós mesmos e em relação aos outros.

Woolams e Brown (1979) observam que as primeiras experiências da criança são decisivas para o estabelecimento de suas Posições Existenciais e que, uma

² Conforme Berne (1988, p.356) *Script de Vida* “um plano de vida baseado numa decisão feita na infância, reforçado pelos pais, justificado por acontecimentos subsequentes e culminando com uma alternativa escolhida.”

vez decidida, a Posição escolhida influenciará no modo como a pessoa sente, age e se relaciona com os outros.

Os citados atores apontam que, quando a pessoa decide por uma Posição Existencial, ela tende a perceber o mundo de maneira seletiva, de forma a manter e confirmar sua decisão original. Os autores observam, no entanto, que, como a posição existencial adotada baseia-se numa decisão, esta, como qualquer outra decisão, pode ser mudada. (WOOLAMS e BROWN, 1979).

Para Steiner (1976), quando a pessoa nasce, a sua Posição Existencial é “Eu estou Ok, você está Ok.” Assim, quando a pessoa, devido a circunstâncias da vida, se desvia dessa Posição central para as outras posições, torna-se também cada vez mais infeliz, doente, e diminui a sua capacidade de se comportar adequadamente em grupos sociais. (STEINER, 1976)

Berne (1988) definiu quatro Posições básicas. Por envolverem apenas “eu” e “você”, ele as caracterizou como simples e duplas, as quais descrevemos a seguir. Ele descreveu também Posições triplas, consideradas mais complexas, pois incluem “eles”, além de “eu” e “você”.

A primeira Posição Existencial é “Eu estou Ok/Você está Ok”. Para Berne (1988, p. 82), essa é a Posição Saudável, na qual, segundo ele, “ou a pessoa se torna cedo na vida, ou precisará aprender através de um duro trabalho posterior [...], pois não pode ser atingido por um mero ato de vontade”.

A segunda Posição é “Eu estou Ok/Você não está Ok”. Essa Posição é denominada por Berne (1988) de arrogante e Paranóide, pois quando está nesta posição, a pessoa se considera melhor que os outros.

A terceira Posição é “Eu não estou Ok/Você está Ok”, a qual o autor denominou de Depressiva. Esta é a Posição Existencial adotada pelas pessoas que se colocam numa condição de inferioridade em relação aos outros.

A Quarta Posição é “Eu não estou Ok/Você não está Ok”. Berne (1988) denominou essa Posição como Fútil, dos “por que não”. É uma posição negativista, de desesperança, que pode levar o indivíduo ao suicídio. Quando a pessoa está nessa posição, não tem apreço por si e nem pelos outros. Tem pensamentos do tipo “Eu não presto e o outro não presta”; “O outro não pode me ajudar”; “O que eu estou fazendo aqui?”.

A Posição Existencial pode ser entendida como a janela por meio da qual vemos a nós mesmos e aos outros. Conforme Berne (1988), é a posição de vida que

adotamos na infância e com a qual permanecemos no decorrer de nossas vidas se não houver circunstâncias que a modifiquem.

De acordo com Woolams e Brown (1979), cada pessoa desenvolve uma forma de dar e de receber Carícias de acordo com sua posição na vida. Para estes autores, pessoas que se sentem Ok a respeito de si mesmas e dos outros tendem a procurar trocar Carícias positivas. Ao contrário, aquelas que não se sentem Ok a respeito de si mesmas e/ou dos outros tendem a buscar carícias negativas, que usam para manter ou aumentar seus sentimentos não Ok. (WOOLAMS e BROWN, 1979).

Partindo desses pressupostos, pensamos que, talvez a grande maioria das mulheres que vivenciam relações violentas com parceiros íntimos tenha aprendido e internalizado uma Posição Existencial de não oqueidade em relação ao outro, o qual provavelmente é percebido como Ok em relação a elas.

No entanto, quando elas denunciam os seus parceiros, pode ser que essa posição se inverta e elas passem para uma posição “Eu estou Ok”, “Você não está Ok”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem vários estudos que analisam as motivações para a existência de relações afetivas violentas, em que a mulher, na maioria das vezes, figura como “vítima”, pois é nela que as marcas da violência se mostram visíveis, tanto física como psicologicamente.

Neste estudo procuramos, usando a categoria de gênero e categorias da Análise Transacional, compreender a violência vivenciada pelas mulheres em suas relações íntimas, numa perspectiva relacional, relativizando a condição de vítima em que muitas vezes as mulheres se colocam e têm sido colocadas.

Outra percepção importante neste trabalho foi o entendimento de que a violência não tem o mesmo significado para todas as mulheres, pois cada uma a vivencia e a interpreta de um modo singular. No entanto, isso não diminui a gravidade e a magnitude do fenômeno da violência vivenciada pelas mulheres em suas relações afetivas, pois mesmo a violência não sendo percebida por todas da mesma forma, continua sendo violência.

Compreender esse fenômeno da violência vivido pelas mulheres nessas perspectivas não significa, no entanto, desconsiderar a história e a permanência de uma situação de desigualdade do feminino em relação ao masculino, ainda presentes em

nossa sociedade, em que os papéis atribuídos ao masculino são colocados numa condição de oqueidade (Eu sou Ok) em relação aos papéis atribuídos ao feminino, colocados numa condição de não oqueidade (Eu não sou Ok).

Entendemos também que as decisões de assumir determinada Posição Existencial não ocorrem por um “simples querer”, mas são tomadas durante toda a construção da história de vida de cada um, o que possibilita, então, que sejam desconstruídas a partir do momento em que a pessoa se concebe como um sujeito Ok, bem como ao outro como também Ok, colocando tanto a si como ao outro como sujeitos e protagonistas de sua própria existência.

Ressaltamos que a Análise Transacional, ao compreender que a necessidade de Carícias é uma necessidade básica do ser humano e que, por isso, precisa ser satisfeita de alguma forma, fornece instrumentos para que as pessoas que aprenderam a satisfazer suas necessidades de reconhecimento por meio de Carícias negativas, como nos casos das mulheres que vivem em situação de violência doméstica e familiar, aprendam a substituí-las por outras positivas e, portanto, mais saudáveis.

Ao finalizarmos este artigo, percebemos também que outros conceitos da Análise Transacional podem ser objetos de estudos futuros para se compreender a existência e a permanência dessas relações afetivas violentas entre homens e mulheres. Dentre eles, citamos os conceitos de Jogos Psicológicos e de Jogos de Poder que se constituem em formas de relação que desqualificam o outro e que mantêm e perpetuam a opressão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, Maria de Fátima e MATTIOLI, Olga Ceciliatto (Orgs). **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p.17-35.

BERNE, Eric. **Os jogos da vida: a psicologia transacional e o relacionamento entre as pessoas**. Tradução de E. Artens. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_____. **Sexo e Amor**. Tradução de Pedro Lourenço Gomes. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

_____. **Análise Transacional em Psicoterapia**. Tradução de Lúcia Helen Cavasin Zabotto. São Paulo: Summus, 1985.

_____. **O que você diz depois de dizer olá? A psicologia do destino**. Tradução de Rosa R. Krausz. São Paulo: Nobel, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Política para as Mulheres**, 2007. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/spmulheres>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, 2011. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/spmulheres>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CARACUSHANSKY, Sophia R. **Curso Avançado de Análise Transacional de Base Psicanalítica**. São Paulo: Assertiva, 1986.

CHAUÍ, Marilena. A existência da ética. In: _____. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003. P.305-309.

DEEKE, Leila Platt. **A dinâmica da violência a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro**. 2007. 78f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra/ ANPOCS, 1993. 215 p.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Edição especial, 1994. p. 473-483

_____. Rimando amor com dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal. In: PEDRO, Maria Joana; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs). **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p.292-313.

GROSSI, Miriam Pillar; TEIXEIRA, Analba Brazão (Orgs). **Histórias para contar: Retrato da violência física e sexual contra as mulheres na cidade de Natal**. Natal: Casa Renascer, 2000. v. 1.

KERTÉSZ, Roberto. **Análise transacional ao vivo**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Summus, 1987.

MARQUES, Tania Mendonça. **Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos**. 2005. 303 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Área de concentração: Psicologia Social e do trabalho - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PASINATO, Wânia. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. **Revista Praia vermelha: Estudos de política e teoria social**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Primeiro e segundo semestre de 2006.n.14 & 15.p. 132-153. Disponível em <http://www.ess.ufrj.br/download/revistapv_14_15.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, Cecília Mac Dowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e violência de Gênero: Notas sobre os estudos Feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe**. Israel: Universidade de Telaviv. 2005.v.16, n 1,p.2-16. Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1074&Itemid=96> Acesso em: 8 nov. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.15, n.2, p.5-22, jul./dez.1990.

STEINER, Claude. **Os papéis que vivemos na vida**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

_____. A economia de Carícias. In: **Prêmio Eric Berne**. 4.ed. UNAT- Brasil, 2010. p. 29-40.

WOOLAMS, Stan; BROWN, Michael. **Manual completo de Análise Transacional**. Tradução Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

NIETTO, Rose Méri. **Mulheres em situação de violência doméstica e familiar: concepções de si: um estudo existencialista sobre gênero**. 2009.119 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia-Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.